



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.510.614 - SP (2015/0000891-9)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
AGRAVANTE : PEDRO COSME BRAGA RIBEIRO
AGRAVANTE : DAVID KASSOW
ADVOGADOS : DAVID KASSOW (EM CAUSA PRÓPRIA)
PEDRO RIBEIRO BRAGA (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTRO
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL
INTERES. : SONIA APARECIDA GIAMONDO
ADVOGADO : PEDRO RIBEIRO BRAGA E OUTRO(S)
INTERES. : ANONIO FERNANDO BESSA
ADVOGADO : JULIANA ARISSETO FERNANDES E OUTRO(S)
INTERES. : VARIMOT ACIONAMENTOS LTDA
INTERES. : MARTA TABATA BUENO GIERSE
INTERES. : ELIZABETH WOLF PAVAO DOS SANTOS
INTERES. : VARIMONT EQUIPAMENTOS INDUSTRIAS LTDA
INTERES. : GIUSEPE GIERSE

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. IMPUGNAÇÃO DO VALOR FIXADO A TÍTULO DE VERBA HONORÁRIA (PEDIDO DE MAJORAÇÃO). QUESTÃO ATRELADA AO REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ.

1. O reexame de matéria de prova é inviável em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ).
2. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento:

"A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Humberto Martins, Herman Benjamin e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Mauro Campbell Marques.

Brasília (DF), 24 de março de 2015.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES , Relator



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.510.614 - SP (2015/0000891-9)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
AGRAVANTE : PEDRO COSME BRAGA RIBEIRO
AGRAVANTE : DAVID KASSOW
ADVOGADOS : DAVID KASSOW (EM CAUSA PRÓPRIA)
PEDRO RIBEIRO BRAGA (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTRO
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL
INTERES. : SONIA APARECIDA GIAMONDO
ADVOGADO : PEDRO RIBEIRO BRAGA E OUTRO(S)
INTERES. : ANONIO FERNANDO BESSA
ADVOGADO : JULIANA ARISSETO FERNANDES E OUTRO(S)
INTERES. : VARIMOT ACIONAMENTOS LTDA
INTERES. : MARTA TABATA BUENO GIERSE
INTERES. : ELIZABETH WOLF PAVAO DOS SANTOS
INTERES. : VARIMONT EQUIPAMENTOS INDUSTRIAS LTDA
INTERES. : GIUSEPE GIERSE

RELATÓRIO

O EXMO. SR. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES (Relator):

Trata-se de agravo regimental (fls.293/298) apresentado contra decisão monocrática sintetizada na seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. IMPUGNAÇÃO DO VALOR FIXADO A TÍTULO DE VERBA HONORÁRIA (PEDIDO DE MAJORAÇÃO). QUESTÃO ATRELADA AO REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

Os agravantes aduzem, em suma, que o valor dos honorários sucumbenciais deve ser majorado, pois não houve o mínimo de equidade em sua fixação, ferindo a ordem legal expressa no artigo 20, § 4º, do CPC, que ordena a apreciação pela equidade. Pugnam, por fim, pelo reconhecimento da divergência jurisprudencial.

Requerem a reconsideração da decisão agravada ou a apreciação colegiada da controvérsia.

É o relatório.



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.510.614 - SP (2015/0000891-9)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. IMPUGNAÇÃO DO VALOR FIXADO A TÍTULO DE VERBA HONORÁRIA (PEDIDO DE MAJORAÇÃO). QUESTÃO ATRELADA AO REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ.

1. O reexame de matéria de prova é inviável em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ).

2. Agravo regimental não provido.

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES (Relator):

O recurso não merece prosperar.

É pacífico o entendimento desta Corte no sentido de que, deve ser conhecido e provido recurso especial para rever a fixação de verba honorária em valor irrisório ou excessivo, pois nesses casos não há observância do juízo de equidade preconizado na legislação processual civil. Nesse sentido: REsp 526.508/SP, 2ª Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ de 21.2.2005; REsp 606.375/MS, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ de 29.11.2004.

No entanto, não configurada a hipótese supramencionada, aplica-se o entendimento consolidado neste Tribunal no sentido de que a majoração do valor relativo aos honorários advocatícios, consubstanciada na tese de que houve condenação em valor irrisório, requer a apreciação dos critérios descritos no art. 20, § 3º, do CPC, os quais são primordialmente factuais, quais sejam o grau de zelo profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

Dessa forma, a fixação de percentual de honorários advocatícios não é possível em sede especial, por quaisquer das alíneas do permissivo constitucional, porquanto implica incursão ao suporte fático probatório carreado aos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ. Impende ressaltar que mesmo nas hipóteses de incidência do art. 20, § 4º, do CPC, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do § 3º do referido artigo.

Nesse sentido, destaca-se:



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TRIBUTÁRIO - PROCESSO CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - PESSOA JURÍDICA CONCORDATÁRIA - JUSTIÇA GRATUITA - NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO - ÔNUS DA PROVA - TAXA SELIC - ESTADO DE SÃO PAULO - PREVISÃO LEGAL - REsp 1.111.189/SP - ART. 543-C DO CPC - HONORÁRIOS DE ADVOGADO - REVISÃO - SÚMULA 7/STJ - DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA - SÚMULA 83/STJ. 1. Pacificou-se nesta Corte jurisprudência no sentido de que o benefício da assistência judiciária gratuita poderá ser concedido à pessoa jurídica que comprove não ter condições de suportar os encargos do processo, sendo irrelevante se essa pessoa exerça atividade lucrativa ou beneficente. 2. **Em regra, inadmite-se a revisão de honorários de advogado em recurso especial por demandar reexame fático-probatório, vedado pela Súmula 7/STJ.** 3. Incide a Taxa Selic sobre os créditos tributários inadimplidos e titularizados pelo Estado de São Paulo. 4. Aplicação do REsp 1.111.189/SP, submetido ao regime de julgamento do art. 543-C do CPC. 5. Dissídio interpretativo prejudicado, nos termos da Súmula 83/STJ. 6. Recurso especial conhecido em parte e, nessa parte, não provido. (REsp 1.131.759/SP, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJe de 22.2.2010 - grifou-se)

Cumpre esclarecer que tal óbice impede o conhecimento do recurso por quaisquer das alíneas do permissivo constitucional.

Diante do exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo regimental.

É o voto.



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CERTIDÃO DE JULGAMENTO SEGUNDA TURMA

Número Registro: 2015/0000891-9

AgRg no
REsp 1.510.614 / SP

Números Origem: 00478522020084030000 200761820399391 200803000478528 478522020084030000

PAUTA: 24/03/2015

JULGADO: 24/03/2015

Relator

Exmo. Sr. Ministro **MAURO CAMPBELL MARQUES**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro **MAURO CAMPBELL MARQUES**

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. **JOSÉ FLAUBERT MACHADO ARAÚJO**

Secretária

Bela. **VALÉRIA ALVIM DUSI**

AUTUAÇÃO

RECORRENTE	: PEDRO COSME BRAGA RIBEIRO
RECORRENTE	: DAVID KASSOW
ADVOGADOS	: DAVID KASSOW (EM CAUSA PRÓPRIA) PEDRO RIBEIRO BRAGA (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTRO
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
INTERES.	: SONIA APARECIDA GIAMONDO
ADVOGADO	: PEDRO RIBEIRO BRAGA E OUTRO(S)
INTERES.	: ANONIO FERNANDO BESSA
ADVOGADO	: JULIANA ARISSETO FERNANDES E OUTRO(S)
INTERES.	: VARIMOT ACIONAMENTOS LTDA
INTERES.	: MARTA TABATA BUENO GIERSE
INTERES.	: ELIZABETH WOLF PAVAO DOS SANTOS
INTERES.	: VARIMONT EQUIPAMENTOS INDUSTRIAS LTDA
INTERES.	: GIUSEPE GIERSE

ASSUNTO: DIREITO TRIBUTÁRIO - Dívida Ativa

AGRAVO REGIMENTAL

AGRAVANTE	: PEDRO COSME BRAGA RIBEIRO
AGRAVANTE	: DAVID KASSOW
ADVOGADOS	: DAVID KASSOW (EM CAUSA PRÓPRIA) PEDRO RIBEIRO BRAGA (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTRO
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
INTERES.	: SONIA APARECIDA GIAMONDO
ADVOGADO	: PEDRO RIBEIRO BRAGA E OUTRO(S)
INTERES.	: ANONIO FERNANDO BESSA
ADVOGADO	: JULIANA ARISSETO FERNANDES E OUTRO(S)
INTERES.	: VARIMOT ACIONAMENTOS LTDA
INTERES.	: MARTA TABATA BUENO GIERSE



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

INTERES. : ELIZABETH WOLF PAVAO DOS SANTOS
INTERES. : VARIMONT EQUIPAMENTOS INDUSTRIAS LTDA
INTERES. : GIUSEPE GIERSE

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia SEGUNDA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Humberto Martins, Herman Benjamin e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.